

GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

“Por que pelo certo mesmo não é invadir” – ocupação e resistência camponesa em Marmeleiro/PR (1979-1999)

Ricardo Callegari¹

Resumo: O Sudoeste do Paraná possui uma característica fundiária baseada na pequena propriedade familiar. Esta característica é construída com diversos momentos de disputa e de conflito agrário, não é, portanto um processo harmonioso. Este estudo tem por objetivo compreender o processo de luta pela terra entre o período de 1979 e 1999, analisando a ocupação da fazenda Anoni em 1983 no município de Marmeleiro - PR como estudo de caso. Esta ocupação evidencia os problemas gerados pela “modernização” do campo na década de 1970 e 1980 que, ao incentivar o aumento da produtividade, excluiu diversas famílias de camponeses do acesso e das formas de relação com a terra que estabeleciam e construíam suas experiências. Estes encontram na ocupação uma forma de manter estas relações. Para tanto, será analisado entrevistas feitas em 2012 no Assentamento José Eduardo Raduan, além do jornal *O Alerta* que foi organizado pelos movimentos sociais da região no momento do conflito.

Palavras-chave: Camponeses; Ocupação; Conflito agrário;

Este artigo é parte da discussão empreendida no Trabalho de Conclusão de Curso apresentada no ano de 2012, compondo o primeiro capítulo. Nele, objetivamos perceber as relações sociais construídas, anteriormente ao processo de ocupação da fazenda

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, concentração em História, Poder e Práticas Sociais. Com pesquisa orientada pelo Prof. Davi Félix Schreiner e financiada pela Fundação Araucária. E-mail: ricardocallegari@ymail.com

Anoni que se tornaria Assentamento José Eduardo Raduan, pelos pequenos arrendatários e agregados com a terra.

A história do Sudoeste é singular e cheia de conflitos que envolveram a problemática da terra. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela expropriação camponesa através da “modernização conservadora” que deixou uma grande parcela de trabalhadores do campo excluídos do acesso a terra que passaram a se organizar em movimentos sociais e adotam a ocupação como forma de conquistar a terra, como é o caso da experiência dos sem-terra em Marmeleiro/PR em 1983.

O objetivo deste trabalho é compreendermos as narrativas dos sujeitos e apontar para as relações sociais existentes anteriores ao processo de ocupação. Além de evidenciar quais foram as primeiras dificuldades, as lutas para permanecer na ocupação e como foi a organização dos sujeitos no acampamento para resistirem as ações da classe dominante agrária da região para expulsá-los, como o uso extensivo da violência por parte dos jagunços durante a primeira ocupação e formação do acampamento. Ou seja, perceber como ocorreu a ocupação da fazenda Anoni (1983) até o período do conflito dos acampados com os jagunços em julho do mesmo ano. Momento que são expulsos pelos jagunços e se reúnem numa localidade próxima e montam o acampamento.

Logo analiso como se deu os processos de organização e resistência desses sujeitos para que pudessem manter as relações com a terra tendo em vista que, com o incentivo a produtividade através da “modernização” e mecanização do campo, incentivada pelo Estado, estavam sendo expulsos.

Primeiramente é importante destacar que foram pessoas como os posseiros e os sem-terra que passaram a resistir com maior força contra as expropriações no campo, principalmente a partir de 1950 (MANÇANO, 2001; p. 61). O que é importante ressaltar é que a origem destes sujeitos sociais não está dissociada da expansão do capitalismo e do latifúndio que expulsaram camponeses e posseiros das terras em que estavam e que se expandiram com apoio de políticas do Estado.

Alzemiro Prando (2010) localiza o surgimento dos movimentos de luta por reforma agrária no contexto de “modernização” e expropriação dos modos de vida no Sudoeste.

O caos produzido pelas políticas econômicas dos governos entre as décadas de 1960 e 1980 desestruturou a conjuntura social e cultural do Sudoeste do Paraná, formada por agricultores com peculiaridades de

vida camponesa, que se instalara na região com perfil de produção de subsistência e diversificada. A partir da crise do campo, imposta pelo pacote tecnológico, aliada a crise da suinocultura, dificuldades de quitar empréstimos e sem uma política agrícola voltada ao pequeno agricultor, o Sudoeste do Paraná tornou-se, nestas décadas ditadas, palco da concentração de sem-terra, o que fez surgir movimentos de luta pela Reforma Agrária (PRANDO, 2010, p. 41).

Processo no qual os donos passam a utilizar maquinários e passam eles mesmos a produzir, dispensando o trabalho de arrendatários ou de agregados, ou comprando as terras que estes se encontravam substituindo a produção diversificada destes (feijão, trigo, arroz, uva) por soja principalmente. Como discutido por Ana Rúbia Galvão:

O milho e, principalmente, a soja adquirem destaque com a implantação de tecnologias na agricultura; modificaram o cenário rural em pouco tempo e colocaram-se em evidência. A soja apresentou a maior diferença de produção, aumentou 211% a área cultivada, e 410% a quantidade colhida. O milho aumentou, todavia em menores proporções. O feijão, apesar de aumentar a quantidade colhida, e o trigo, que tem uma queda de 24% na produção, ambos perderam áreas cultivadas para o plantio de milho e soja (GALVÃO, 2009, p. 31).

Este processo, de produtividade que se dá simultaneamente ao crescimento da produção de soja, ocorre no Sudoeste deixando muitos camponeses² desapropriados e sem condições para comprar um pedaço de terra. Segundo dados do IBGE, (Tabela 1), a região Sudoeste na década de 1980 possuía uma área total ocupada de 757.103 hectares, sendo que 234.478 hectares (31%) se concentravam em propriedades acima de 50 hectares. Na década de 80 para a 90 vemos a diminuição no número de pequenas propriedades familiares e aumento significativo no número de propriedades acima de 200 e abaixo de 500 hectares e de área ocupada por elas. Reflexo da compra de terras por grandes proprietários e que reflete na concentração destas.

Neste sentido é importante percebermos que se a estrutura fundiária da região teve um *pequeno* aumento na concentração – ainda mais se comparado a outras regiões do Paraná como o Oeste – isso se deu sob a resistência de inúmeros sujeitos sociais, basta lembrar que até 1985 várias foram as ocupações de terras na região, além das fazendas Anoni e Perseverança em Marmeleiro, que se transformaram em Assentamento posteriormente, a da fazenda Imaribo em Mangueirinha.

²O conceito de camponês que compreenderá meeiros, pequenos arrendatários, agregados, pequenos agricultores familiares, parceiros, bóias-fria e Sem Terras. Entendemos que é um conceito que dá unidade a luta contra o latifúndio e ao agronegócio e refere-se a uma classe em formação, logo é considerado um conceito político e de enfrentamento. Para mais ver: MARTINS, 1982 ou CARVALHO, 2003.

Tabela 1. Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná – número de estabelecimentos e área em hectares (há) – 1980, 1985 e 1995/96

Estratos de área (ha)	1980		1985		1995/96	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Menos de 10	22,119	114,720	21,738	115,222	15,972	89,226
10 a menos de 20	12,036	172,151	11,652	166,136	10,270	147,518
20 a menos de 50	7,968	235,754	7,403	217,315	6,865	204,086
50 a menos de 200	1,770	146,414	1,707	141,393	1,792	152,396
200 a menos de 500	122	36,381	164	47,346	219	65,182
500 a mais	43	51,683	35	38,423	46	40,790
Total	44,058	757,103	42,699	725,835	35,164	699,198

Fonte: IBGE Censo Demográfico

A formação da fazenda Anoni é reflexo de que a terra estava se concentrando e se “modernizando”³ na região deixando sem espaço diversos camponeses. Por isso a importância da ocupação. Sem nenhum incentivo, com pouco acesso aos créditos agrícolas e expropriados da “modernização” do campo os trabalhadores passaram a ver a ocupação como uma forma de conquistar a terra para manter as relações no campo.

Ponto central da análise aqui empreendida a ocupação da fazenda Anoni e conquista do Assentamento José Eduardo Raduan, é emblemática principalmente por se tratar de uma ocupação em que fortaleceu o debate a respeito da luta pela terra no Sudoeste e contribuiu para que surgissem movimentos sociais organizados de luta por Reforma Agrária. Porém, vale aqui ressaltar que, mesmo não estando organizado em um movimento *institucionalizado*, em seu caráter inicial, se caracteriza por ser um movimento social, pois possui caráter organizativo e aglomerou trabalhadores em prol de uma luta que se colocava como necessária a todos os sujeitos envolvidos nela (CALDART, 2001).

Esta ocupação em 1983 – período de “plena emergência dos conflitos sociais no campo” (MENDONÇA, 2006, p. 64) – “revigora” a luta contra a concentração fundiária. Ela contribui para pensarmos a formação e organização de movimentos como o MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná – em 1983 e do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – em 1984.

³O termo “modernização” será utilizado entre aspas ou seguido do adjetivo “conservadora”, pois concordamos com as teses de que essa foi uma prática excludente e expropriadora para os camponeses. Para mais: MENDONÇA, 2006; e HEREDIA, 2010.

A ocupação contou com agregados e arrendatários, como Elvira, nascida no Rio Grande do Sul e com uma experiência de vida de quem sempre morou e trabalhou no campo. Quando vêm morar no Paraná eles vão para uma localidade que se chamava São Roque e passam a exercer suas atividades como agregados. Ela narra como era sua condição na década de 1980, momento em que ela e sua família decidem participar da luta por um pedaço de terra.

Daí no São Roque nós era agregado e o agregado quando nós tinha um pezinho de fruta pra começar a comer nós tinha que sair dali e ir pro outro luga. Daí fumo e fumo, comprar nós não podia daí que viemo pra cá. Daí viemo pra cá. (LIRA, Elvira, 64 anos, Marmeleiro/PR, 2012).

As experiências dos sujeitos sociais que ocupam a fazenda Anoni são diversas. Em narrativas como de Elvira podemos identificar que os ocupantes da fazenda Anoni eram agregados em frequente expropriação. Elvira percebe, com base em sua experiência, as condições que eram enfrentadas pelos agregados ao ter que sair da terra, na qual estabeleceram seus vínculos e suas relações, a mando do dono das mesmas.

Esta condição de ter que sair das terras, é a qual os sujeitos sociais que ocuparam a fazenda Anoni buscaram findar e na condição em que se encontravam, de impossibilidade de comprar terras, a alternativa foi a ocupação. Lutam para ser “protagonistas e não coadjuvantes” (MANÇANO, 2001).

A experiência de Salete,⁴ outra assentada, ao lado de seus pais como agregados ou arrendatários com relações de subsistência com a terra, somadas ao fato de que estavam trabalhando em “terras dos outros”, em que o dono poderia expulsá-los a qualquer momento alegando, por exemplo, que irá modernizar sua propriedade e passar a produzir grãos (soja principalmente) numa relação de trabalho que dispensa os agregados por contar com equipamentos e maquinários “mais eficientes”, dão legitimidade para a interpretação de se perceber como uma Sem Terra desde que nasceu.

Esta interpretação pode ser compreendida pelo fato de que, junto com sua família, não conseguiam fixar-se em um lugar para efetivar essas relações e, naqueles processos, sempre que, por desejo do patrão, deveriam sair das terras. Esta interpretação

⁴Salete de Fátima Pires Mariani: casada, 42 anos, catarinense de Campo Erê, veio para o acampamento em 1984.

não significa necessariamente a defesa da propriedade privada, mas sim do direito de permanecer no espaço ocupado e poder efetivar suas relações com o mesmo. Sua experiência enquanto camponesa se deu neste contexto de “dar um jeito em outro lugar”, ou seja, de resistir e produzir em outras terras. De início essas terras serão a da fazenda Taborda, logo serão as improdutivas da fazenda Anoni onde exerceriam suas atividades camponesas.

Por que meu pai sempre viveu de arrendatário não tinha nem onde morar, morava em terra dos outros sempre, aí quando o dono queria a casa, tinha que sair. Tinha que dar um jeito em outro lugar e ir, né. Era muito difícil a condição de vida lá, mas a gente ficou. Tinha pelo menos lugar para morar, né. (MARIANI, Salete, 42 anos. Marmeleiro: 11 de jan. 2012).

O processo de ocupação da fazenda Anoni envolve também filhos de camponeses cujos seus pais ocuparam ou compraram um pedaço de terra em uma área de outra fazenda ocupada, a fazenda Taborda (Burro Branco) no extremo Oeste de Santa Catarina. As práticas e as relações de trabalho que estes sujeitos mantinham com a terra estavam de igual modo sendo retirados (MELO, 2006). A ocupação da fazenda Taborda ocorre em 1979, momento que a família de Salete decide participar da luta e ocupar a área também.

Nas narrativas, podemos perceber que pelas características geográficas do espaço da fazenda Taborda se tornava difícil de produzir além de estarem excluídos das formas de acesso a financiamentos. Estas questões contribuem para que a condição de vida na terra seja “difícil”, porém, podemos perceber que mesmo “naquelas condições sofridas” a terra foi *trabalhada* para produzir. Paulo Roberto Almeida ao pesquisar um assentamento do MST evidencia que “para além das duras condições reconhecidas, há explicitamente o reconhecimento de uma dignidade de trabalhador, que sempre lutou contra as condições impostas” (ALMEIDA, 2006; p. 51) que é o caso das famílias que ocuparam a fazenda. Ao passo que não *produzia quase nada*, a alternativa foi a ocupação da Anoni.

A experiência de Osni, marido de Salete, é bem semelhante. Osni nasceu em Barracão/PR no ano de 1961, junto com seus pais exercia atividades como arrendatário e por razões econômicas depois de um período de seca na qual prejudicou a safra e endividou sua família, decidem buscar alternativas em outros municípios.

Em sua trajetória podemos perceber como buscaram várias alternativas de trabalho, que se remetem não somente ao campo, mas também a cidade quando seu pai passa a "lutar com uma budeguiha" e ele (Osni) passa a trabalhar recolhendo ferro-velho em Maravilha/SC. Podemos perceber que neste caso a alternativa encontrada pela família de Osni teve que se estender a cidade e não mais ao campo. Ao chegarem a Maravilha "não tinha trabalho pra nós" a alternativa encontrada foi a de vender ferro-velho e lutar com a "budeguinha".

De repente quebrou aquilo lá também tinha sido [inaudível], daí o pai não conseguiu mais da a volta e nós não conseguia arruma outro trabalho. Daí lá ele resorveu vim aqui pra Taborda. Daí ele veio ali, comprou um sitiozinho ali, na época ali não fazia muito tempo que o pessoal tinha entrado ali né. Daí o sítio olhava assim, bem bonito, até eu vim junto com ele olha, né, "- Ah pai, mas lá dá de nós faze umas prantedera", tá, vendeu lá veio comprou aqui e viemo morar por aqui (MARIANI, Osni, 51 anos: Marmeleiro/PR, 2012).

A terra que passaram a morar era pequena para a família (eram cinco irmãos) além de ser pouco produtiva na qual necessitaria de investimento em adubo que estavam economicamente impossibilitados de comprar. Estas condições, em grande medida, motivam a saída da fazenda Taborda por parte dos filhos que a ocupavam em conjunto com os pais.

A ida para a ocupação da Fazenda Anoni se deu também pelo fato de que não havia terra suficiente para todas as famílias Sem Terra que este acampamento tinha e as terras dali eram morros e lajes, logo partiram em busca de outra área. Além de não possuir terras para todas as famílias vale ressaltar que as famílias eram grandes, no caso de Osni eram sete integrantes na família contando seu pai e sua mãe, dentro da lógica de uma pequena propriedade há a dificuldade de *sustentar* a todos principalmente quando os filhos casam, formam suas famílias e moram na propriedade. É também motivado por estas questões, inerentes a pequena propriedade familiar, que leva Osni a se juntar com os vizinhos e partir para a primeira ocupação de terras no Sudoeste do Paraná.

Mas também não tinha nada na época, né, tudo sofrido. Daí começemo a trabalha ali, derrubemo, ajeitemo aqueles mato fizemo as roça. Mas olha... pior que era bem, puro cascalho, uma terra bem ruim! Não produzia quase nada. Então, daí fiquei um tempo ali com o pai. Daí quando surgiu a oportunidade de vir aqui pra cá, na Anoni, isso foi em 83, não lembro o dia, eu disse pro pai e a mãe: "- Eu vou ir pra lá". Daí tinha uns vizinho que tinham vindo e me convidaram e "eu vou lá ver se consigo uma terra pra mim". No momento assim eles

não queriam, né, "Deus o livre, né", a mãe ficou tipo... mas eu vou ter que arriscar, né, a gente não tem, o sitiozinho aqui não dá aqui pra nós, é pequenininho (MARIANI, Osni, 51 anos: Marmeleiro/PR, 2012).

O "não ter nada na época" reflete a condição que se encontrava a terra, não havia nada a não ser mato e capoeira, logo começaram a derrubar e trabalhar a terra na busca de produzir. Com pouco potencial de investimento para adubar a terra, também por ela possuir muita laje e morros, além de ser pequena para a família Osni vê na ocupação da Anoni uma maneira de conseguir a terra. Podemos perceber na narrativa de Osni que a ação de ocupar uma fazenda causou espanto para a família, mas que diante da necessidade, a opção foi de se "arriscar".

Podemos perceber através da narrativa e da experiência destes sujeitos em que a necessidade de se *arriscar* expressa que a luta não é um negócio nem uma oportunidade de ganho fácil no qual a decisão de ir para um acampamento e enfrentar a mão armada do latifúndio envolviam uma série de fatores que expressam a condição de abandono que os camponeses e os trabalhadores do campo viviam (e vivem) e evidencia a quem o modelo agrícola empregado favorecia.

O se "arriscar" é motivado por não ter alternativa para permanecer no campo ao passo que não possuíam condições de comprar terras. O fato de seus pais não aceitarem muito bem a alternativa encontrada por Osni é motivada, em grande medida, por se tratar de uma estratégia "nova"⁵ para as famílias de Sem Terra na qual a reação que poderiam ter tanto a sociedade de Marmeleiro, assim como o dono da fazenda, de repreender a ação é que assustava as famílias dos Sem Terra que ocuparam a fazenda. Vale lembrar que a década de 80 é marcada pela ditadura civil militar, logo a ocupação de uma fazenda era uma afronta a ordem vigente, esse contexto dá sentido ao sentimento de se arriscar, mas era um risco que tinham que correr.

A fazenda Anoni – ocupada em 15 de julho de 1983 – passou a ser improdutiva depois que haviam sido retiradas as madeiras da mesma. Sua área compreende cerca de 5.000 (cinco mil) hectares e se localiza no município de Marmeleiro/PR sendo limítrofe com o município de Campo Erê/SC. Nela se encontravam algumas cabeças de cavalo e em alguns lugares continha erva-mate nativa. A fazenda foi desapropriada em 1980 por

⁵As experiências de ocupação de fazendas improdutivas na região, até esse momento, se limitavam a da fazenda Taborda.

decreto do Governo Federal⁶ para fins de Reforma Agrária ficando o Incra encarregado de distribuir e elaborar o projeto de Assentamento. Diante da demora a alternativa foi a ocupação.

Assim como no depoimento de Elvira e de Osni, a narrativa de Salete possibilita dizer também que a condição de Sem Terra não era só de um ou outro, mas de muita gente, ao passo que de “todo o lado vinha gente”.

Uns foram prum lado, outros por aqui foram se ajeitando. Nós pegamo lá em cima na comunidade da Fátima lá, hoje é comunidade da Fátima, o primeiro sítio, sei que fomo pra lá daí, nós tava cuidando lá (MARIANI, Salete, 42 anos. Marmeleiro: 11 de jan. 2012).

O período do “primeiro” acampamento foi curto, ou seja, logo os acampados se espalharam pelas terras da fazenda e passaram a erguer suas moradias, como aparece na fotografia (Imagem 1) a seguir. Esse ato não significa que se tornou Assentamento, pelo contrário, continuou sendo acampamento a questão é que não estavam reunidos em uma localidade, mas sim espalhados – parafraseando Osni.

Imagem 1: Moradia de 1983 no acampamento dentro da fazenda Anoni.



Fonte:Arquivo pessoal de Osni Mariani

⁶ Decreto nº 84.603 de 31 de março de 1980.

A ida, para o que seria o lote, é na verdade a primeira, pois numa tentativa por parte da família Anoni, dona da fazenda, de tomá-la para si novamente, ocorre o primeiro ataque violento no dia 21/07/1983 em que os jagunços destroem as casas e os barracos das famílias que são obrigadas a fugir para o mato.

O processo de ocupação foi uma experiência marcada pela violência e tentativa de expulsar os ocupantes o que motivou maior atuação de diversas frentes a favor do movimento de ocupação. A primeira foi no início da ocupação, jagunços liderados por João Scarton – capataz da fazenda – invadem a fazenda, expulsam os acampados e queimam os barracos. Estes acampados se reúnem em um acampamento na localidade de Bom Jesus e posteriormente ocupam novamente a fazenda. Outra tentativa de expulsão dos Sem Terra ocorreu em julho do mesmo ano, ocasião que mataram um dos acampados, João de Paula de 53 anos que deixou esposa e nove filhos.

Agora não lembro o dia que foi que daí bateu os pistolero. E foi muito grande a destruição. Daí bateram no pessoal que eles conseguiam pegar, não foi muito por que a maioria foi pro mato, né. Mas daí nos acampamento eles passaram queimando os acampamento. [Inaudível] as casinha que tinha, que... tipo... tivesse uma panela que não queimasse de ferro eles davam um tiro no fundo (MARIANI, Osni, 51 anos. Marmeleiro: 11 de jan. 2012).

No mesmo dia, 21 de julho de 1983, destruíram as casas e furaram as panelas dos acampados para que não pudessem mais fazer comida. Nestes confrontos fica evidente a violência política exercida pela classe dominante, o que servia para “provocar efeito de demonstração para silenciar, punir e docilizar os vivos” uma “tecnologia de poder eficiente” e que é “alimentada pela impunidade” (SANTOS, 2000, p. 03).

Estas práticas evidenciam o caráter de violência imposto pela classe dominante na defesa do latifúndio que, em sua territorialização, é utilizada para defesa dos seus interesses. Neste sentido é importante considerar que a violência, se abordada pela historiografia a partir da índole dos jagunços, pistoleiros e suas personalidades individualizadas, como discute José Vicente Tavares dos Santos (2000) isenta os latifundiários, a classe dominante agrária e seu projeto político:

O pistoleiro é a materialização de um ato com vários personagens encobertos (...) e toda uma rede de proteção pertencente à classe

dominante (grandes proprietários de terras e políticos) e os setores da polícia. (BARREIRA Apud SANTOS, 2000, p. 03).

Esses acampados se refugiam no mato e posteriormente se reagrupam novamente na comunidade de Bom Jesus permanecendo lá durante alguns meses do final de 1983 e início de 1984.

Bem na frente do Bom Jesus que o pessoal ficou acampado. Ficaram um tempo ali, tudo o pessoal ali. Não sei quantos mes, mais ficaram uns quantos meis ali. Eu também tinha o acampamento ali e de repente um dia o pessoal resolveu voltar de volta, né (MARIANI, Osni, 51anos. Marmeleiro: 11 de jan. 2012).

Voltaram a ocupar e se reuniram onde hoje é a comunidade de São Domingos e posteriormente se espalharam pela fazenda. Esse período de acampamento em Bom Jesus e depois no São Domingos, já dentro da fazenda Anoni, foi muito importante para a luta. Por dois motivos essenciais: (1) Em Bom Jesus se reuniram mais famílias na luta e (2) contribuiu para a experiência do movimento servindo para a formação de identidade do grupo, ao passo que se percebem como iguais, na luta contra um inimigo em comum e na busca por um pedaço de terra que era almejado por todos.

E aí começou o pessoal se *organizar e luta pra defende o seu povo*, né, *que era contra os pistoleiros que tavam ali atuando no momento*. E aí teve muitas mobilizações, teve até um encontro, não lembro que ano que foi, ali na Barra Bonita, é, na comunidade da Barra Bonita, que veio muitas entidades, deputados, igreja, sindicatos, a Assesoar, várias entidades de vários lugares, né, na época. E aí foi feita uma grande assembléia contestando isso, né, como forma de...dizia: ' - Oh, o povo que tá aqui é um povo trabalhador, *só quer viver na terra*'. Só que daí claro, causou bastante revolta a morte do João de Paula. (MARIANI, Salete, 42 anos. Marmeleiro: 11 de jan. 2012).

Podemos identificar na narrativa de Salete como ela interpreta aquele momento histórico em que a relação de identidade de classe se faz presente ao passo que se percebem como sujeitos envolvidos em processos semelhantes em que o "viver na terra" era proibido por isso a necessidade de defender *o seu povo*. Esta identidade de classe é evidenciada ao passo que a morte de João de Paula causa "bastante revolta" e que motiva a organização para se defender organizando mobilizações e assembléias, afinal eram "contra os pistoleiros que estavam ali atuando".

Depois de ocupar a fazenda e irem aos lotes a luta passa a ser para neles permanecer, torná-los produtivos e legalizá-los. Tendo em vista a necessidade de

produzir alimentos e a demora na regularização dos lotes, o que impossibilitava o acesso a financiamentos, várias foram as formas de organização das famílias para resistirem e pressionarem o Estado por uma solução. Reuniões, marchas, ocupações de bancos e organização do jornal *O Alerta* se juntam alternativas de trabalho encontradas pelos acampados como a colheita da erva-mate que havia na fazenda, como a horta comunitária e as *empreitadas* em propriedades da região.

Diante da situação que se encontravam, na qual as alternativas eram limitadas, a escolha foi de ocupar e se “espalhar” pela fazenda “tirando seus lotes” novamente, ao passo que buscaram estabelecer suas relações com a terra passando a organizar e preparar o lote para produzir assim que entraram. Estarem na terra e viverem a partir do trabalho na terra são seus objetivos e modos de viver que não querem abandonar, por isto é que vão à luta e se reúnem num acampamento. O contexto da luta está inserido no contexto de permanência na terra.

Daí foi, nós fomos daí pegamos um sítio um pouco pra cá de onde nóistava, mais pertence pra Fátima bem lá em cima e ali continuou a luta, daí aquela folia de despejo só que daí o pessoal já começaram a planta, a fazer umas rocinha, a planta. Nós tinha uma rocinha. Mas era a cada poucos dias folia de despejo, aquela correria, né, só que o pessoal começava a se unir, se uniram. A qualquer coisinha dava um grito e o povo se reunia e vinha mesmo. (MARIANI, Osni, 51 anos. Marmeleiro: 11 de jan. 2012).

Podemos perceber na fala de Osni que este preparo do lote, ao passo que (re)estabelece o vínculo com a terra é uma das formas encontradas para resistir as frequentes ameaças de despejo. Percebemos, na narrativa de Osni, que ao ocupar pela segunda vez a fazenda não estabeleceu como critério a volta para o mesmo local que se fixaram na primeira vez. Podemos sugerir que a luta para manter as relações com a terra transcende o discurso da propriedade privada que é alimentado frequentemente pela questão “da minha terra” ou “da minha propriedade”. Esta questão evidencia que a conquista maior naquele momento era a permanência no campo e quando as ameaças de despejo – agora não só através dos pistoleirosa mando do fazendeiro – por parte do Estado buscam romper com esta conquista uma das alternativas para resistir encontrada pelos sujeitos é o preparo da terra para estabelecimento destas relações de produção com a mesma.

O período de ocupação e conquista da terra é narrado pelos assentados como um período de diversas dificuldades que se resumem na falta de recursos financeiros, que se evidencia na falta de fomento para que pudessem adquirir sementes ou ferramentas de trabalho assim como alimentos. Neste sentido foi importante a participação e o apoio de entidades como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a ASSESOAR (Associação de Estudos, Assistência Técnica e Orientação Rural) que disponibilizaram sementes para que os acampados pudessem plantar.

Além de estar economicamente impossibilitados de adquirir um pedaço de terra através da compra, Elvira relata também que ao serem expulsos da terra que eram arrendatários ficaram sem recursos econômicos e familiares de produção e isso os impedia inclusive de produzir na terra que vieram posteriormente a ocupar.

Por causa que nós estremo aqui, a piaçada era tudo pequena, nós não tinha condições nem de começar a trabalhar eu já digo. Por que daí nós trouxemo a junta de criação de lá, mas cheguemo aqui não tinha comida suficiente pra dar pra eles e bem no fim tivemos que vender (LIRA, Elvira, 64 anos, Marmeleiro/PR, 2012).

Essa condição não era exclusividade de Elvira. Podemos identificar nas narrativas de outros assentados as mesmas questões, o que elevou o número de vendas/trocas dos lotes no acampamento.

Evidenciamos que o processo de luta, naquele contexto, era principalmente por terra e para que esta condição fosse alcançada exigiu a organização das famílias de arrendatários e agregados expulsos das terras que ocupavam devido ao processo de “modernização” do campo que, além de reafirmar a propriedade privada da terra, incentivou os proprietários de terras da região a plantar soja ou milho numa relação que deixou muitos camponeses e trabalhadores sem condições de permanecer na terra.

Esses, por sua vez, se direcionam para as cidades ou partem para a luta por terra num momento de enfrentamento a ordem vigente e a classe dominante da região. Neste sentido é importante percebermos que a ida para uma ocupação é motivada ainda pelas condições que a cidade oferece (ou deixa de oferecer). Na fala de Setembrino podemos perceber que, por suas condições financeiras, a alternativa – caso fosse para a cidade ao invés do acampamento – seria a ida para as periferias, por isso é que ruma para o acampamento. Mesmo com as dificuldades vividas no campo, ele ainda se apresenta

como “um lugar melhor de se viver e trabalhar” principalmente para aqueles que tiveram boa parte de sua vida ligada ao campo.

A primeira coisa o pequeninho [seu filho] vai pra lá e [vira], como é que é, laranja dos malandro e então é uma coisa assim. O que eu falei, eu não quero, prefiro criar [meu filho] com esse pedacinho aqui, luta aqui sofrido, se não vim esse recurso que eu falei, através de fundo perdido, eu fico aqui e não vou pra favela! Não quero ver meu filho na cadeia. Quero ver trabalhando! (PADILHA, Setembrino, 67 anos, Marmeleiro/PR, 2012).

Podemos perceber ainda que a preocupação sobre o futuro de seu filho é algo que motiva a permanência no campo. Mesmo sendo pequeno o lote de terra, ele afirma ser possível viver e trabalhar ali para tanto seria necessário recursos para iniciar ou incrementar a produção. Ao seu ponto de vista, o recurso a fundo perdido seria uma maneira contribuir para a organização do lote de terra.

Para tanto, esta classe dominante também se organizou para evitar que tais reivindicações se concretizassem ou se expandissem por parte dos trabalhadores e passa a atuar com muita violência – como ficou claro com a expulsão do dia 21 de julho de 1983 – num sentido de defender a grande propriedade privada e concentrada. Essas práticas adotadas com apoio do Estado, exigem que os camponeses sem terra se organizem de maneira ainda mais forte e nesse sentido o acampamento na localidade de Bom Jesus no final de 1983 se torna muito importante.

O processo de conquista do assentamento foi resultado da luta empreendida pelos Sem Terra. Desde a ocupação (1983) até a regularização dos lotes (1998) se desenvolveram várias práticas organizativas que foram construídas pelos acampados para resistirem na terra. Nos 15 anos de acampamento desenvolveram formas coletivas de enfrentar a falta de comida (horta comunitária), falta de trabalho (empreitadas) e ameaças de despejo (reuniões, marchas), estas práticas contribuem para a experiência de classe e de luta por terra e por reforma agrária.

A experiência de organização no acampamento foi importante por colocar as dificuldades de forma coletiva, assim como de construir as ações de resistência. As práticas de organização e resistência desses sujeitos forama base da construção coletiva que garantiu a conquista da terra, motivados muito por suas experiências como

camponeses que sempre mantiveram relações com a terra e que não queriam abandonar o campo.

E, ao contrário do que pressupunha o Jornal Estado do Paraná, em reportagem do dia 15/01/1984, a ocupação da fazenda Anoni serviu como precedente para a organização de movimentos sociais de luta no campo aglutinando diversas famílias em torno de um objetivo comum a todos. As práticas de organização e de enfrentamento construídas pelos Sem Terras foi o que permitiu que estes permanecessem na terra e que deram origem a movimentos sociais organizados como o MASTES e o MST.

Referências:

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Cada um tem um sonho diferente*, 2006;
- CALDART, Roseli Salette. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados* 15, p. 207-224, 2001;
- CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000;
- CALLEGARI, Ricardo. “Desde que nasci sempre fui uma sem-terra”: processo de luta pela terra e conquista do Assentamento José Eduardo Raduan (1979 – 1999). 2012. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012;
- GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto. *Possibilidades de valorização multidimensional do território de Francisco Beltrão – PR com vistas ao desenvolvimento local*. Dissertação de mestrado Unioeste, Francisco Beltrão 2009;
- GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Fase/Vozes, 1987;
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “Agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 159-176, out. 2010;
- MANÇANO, Bernardo Fernandes. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST no Estado de São Paulo*. (dissertação). USP. 1994;
- MANÇANO, Bernardo Fernandes. *Questão agrária: pesquisa e MST*. São Paulo, SP : Cortez, 2001;
- MELO, Cristiane Dias de. A ocupação da Fazenda Burro Branco: história, memória e posições – 1980. *Cadernos do CEOM*, São Paulo, Ano 21, n. 29, p. 207-230, 2006;
- MENDONÇA, Sonia Regina. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. In: STÈDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil*. 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006;
- PRANDO, Alzemiro. A ocupação do espaço rural do Sudoeste do Paraná a partir dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores rurais. *Geoinga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia*, v. 2, n. 2, p. 28-53, 2010;

SANTOS, José V. T. dos. *Conflitos agrários e violência no Brasil: Agentes sociais, lutas pela terra e Reforma Agrária*. Pontifícia UniversidadJaveriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>, acesso em 15/06/2012;

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2004;

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

_____. *Costumes em comum* – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Entrevistas:

LIRA, Elvira, 64 anos, Marmeleiro/PR, 2012;

MARIANI, Salete, 42 anos. Marmeleiro: 11 de jan. 2012;

MARIANI, Osni, 51 anos: Marmeleiro/PR, 2012.

Boletim:

O Alerta, Francisco Beltrão, junho de 1986.

Fotografias:

Moradia de 1983 no acampamento dentro da fazenda Anoni. Arquivo pessoal de Osni e Salete Mariani;